

Relatório da Assessoria de Controle Interno 2º Trimestre 2026

© Instituto de Previdência do Município de João Pessoa. TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.

Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP) - Instituto de Previdência do Município de João Pessoa (IPMJP). **Relatório Controle Interno 2º trimestre.** João Pessoa, 2026.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Superintendente:

Caroline Ferreira Agra

Superintendente Adjunto:

Eurípedes Leal de Oliveira

Chefe da Divisão de Administração e Finanças:

Suzana Sitônio de Eça

Chefe da Divisão de Tecnologia da Informação:

Higor Delgado Leite Benício

Chefe da Divisão de Previdência:

Yuri Veiga Cavalcanti

Chefe da Assessoria de Gabinete do Superintendente:

Victor Assis de Oliveira Targino

Chefe da Assessoria Jurídica:

Carlos Eduardo dos Santos Farias

Chefe da Assessoria de Controle Interno:

Ernesto Fialho Pessoa

Chefe da Assessoria de Comunicação Social:

Francisco Emerson de Lucena Neto

Chefe da Assessoria de Secretaria Pessoal:

Jéssyca Patrícia Paiva Marques Brasileiro

Chefe da Ouvidoria:

Leonardo Neiva de Gouvêa Ribeiro

Chefe da Seção de Compras, Contratos e Patrimônio:

Isabella Duarte Gouvêa

Chefe da Seção de Contabilidade, Orçamento e Finanças:

Soraia Dias Monteiro

Chefe da Seção de Administração Geral:

Camila Pires de Sá Mariz Maia

Chefe da Seção Folha de Benefícios:

Daniela Araújo Agostinho Fortes

Chefe da Seção de Gestão de Tecnologia da Informação:

Eneas Lyra de Albuquerque

Chefe da Seção Desenvolvimento:

Henrique de Paiva Araújo Pontes

Chefe da Seção de Compensação Previdenciária:

Ana Paula Barreto Aquino

Chefe da Seção de benefícios:

Angélica da Costa Ferreira

Chefe da Seção de Gestão de Pessoal:

Karla Janaína Vergara de Sá

Gerente Administrativo do Fundo Previdenciário:

Ayrton Ciraulo Neto

CONSELHO PREVIDENCIÁRIO

Biênio (2025 – 2026)

Superintendente do IPM/JP – como Membro nato, Presidente do Conselho:

Titular: Caroline Ferreira Agra

Suplente:

Servidor Ativo, indicado pelo Prefeito:

Titular: Camila Pires de Sá Mariz Maia

Suplente: Rodrigo Harlan de Freitas Teixeira

Servidor Inativo ou Pensionista, indicado pelo Prefeito:

Titular: José Augusto de Araújo Souza

Suplente: Kelma Maria Pereira Dionísio

Servidor Ativo indicado pelo presidente da Câmara:

Titular: Rafael Barbosa Damasceno

Suplente: Germana Lins Lopes

Servidor Ativo, indicado por Associação de Classe:

Titular: Valdegil Daniel de Assis

Suplente: Raquel do Nascimento Sabino

Servidor Inativo ou pensionista, indicado por Associação de Classe:

Titular: Aristavora de Sousa Santos

Suplente: Odon Vilar

Servidor Inativo ou Pensionista, indicado por Associação de Classe:

Titular: Francisco de Assis Araújo Neto

Suplente: Giucélia Araújo de Figueiredo

Representante da Sociedade Civil

Titular: Jéssyca Patrícia P.M.Brasileiro

Suplente: Diego Fernandes Hermínio

CONSELHO FISCAL

Biênio (2025-2026)

Servidor Ativo, Aposentado ou Pensionista indicado pelo Prefeito

Titular: Antônio Henrique Gomes dos Santos

Suplente: Karina Leal Ernesto de Amorim

Servidor Ativo, Aposentado ou Pensionista indicado pelo Prefeito:

Titular: Joseane Farias de Souza

Suplente: Daniela Araújo Agostinho Fontes

Servidor Ativo, Aposentado ou Pensionista indicado pelo Prefeito:

Titular: Milena Medeiros de Alencar Feitosa

Suplente: Erico Heyller Medeiros de Alencar

Servidor Ativo, Aposentado ou Pensionista indicado por Associação de Classe:

Titular: Alex Duarte Maia

Suplente: Yan Cavalcanti Aragão

Servidor Ativo, Aposentado ou Pensionista indicado por Associação de Classe:

Titular: Luiz Carlos Fernandes de Souza

Suplente: Ednaldo José da Silva

INFORMAÇÕES E CONTATO

Instituto de Previdência do Município de João Pessoa (IPMJP) | CNPJ: 40.955.403/0001-09

Rua Engenheiro Clodoaldo Gouveia, 166. Centro, João Pessoa – PB. CEP: 58013-370

Telefone e Whatsapp: (83) 3222-1005 | www.ipmjp.pb.gov.br

FICHA TÉCNICA

Elaboração

Ernesto Fialho Pessoa - **Chefe da Assessoria de Controle Interno**

Jackson Santos Pereira - **Analista Previdenciário/Jurídico**

Lituania Francinete Pessoa de Farias – **Analista Previdenciário/Contador**

Maria da Conceição Lacerda Fernandes - **Assistente de Suporte de Administração e Finanças**

Revisão

Renan Brayner Cavalcante - **Analista Previdenciário/Administrador**

1. O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO

O Instituto de Previdência do Município de João Pessoa (IPMJP) é a autarquia responsável por gerir a previdência do quadro efetivo de servidores da Prefeitura Municipal de João Pessoa. Em 28 de dezembro de 2005, a Lei Municipal nº 10.684, reestruturou as funções do Instituto de Previdência do Município de João Pessoa – IPM, criando um novo plano de benefícios e adotando outras providências no âmbito previdenciário municipal.

Em cumprimento às normas previdenciárias regulamentares, com vistas a regularizar a situação previdenciária do Ente Municipal, foi implementada a segregação das massas aos segurados desse RPPS, através da Lei Municipal nº 10.460, de 21 de janeiro de 2013, bem como realizada nova reestruturação organizacional do IPM, nos termos da Lei Municipal nº 10.466, de 25 de janeiro de 2013, o que resultou na criação do Fundo Previdenciário (FUNPREV) e Fundo Financeiro (FUNFIN). Através da Lei nº 12.466/2013, foi instituída a nova reestruturação do Instituto.

Com mais de 30 anos de atuação, o IPMJP tem buscado implementar programas que o auxiliem a atingir os seus objetivos estratégicos:

MISSÃO

Elaborar, promover e executar a gestão previdenciária do município de João Pessoa, através do trabalho e prestação de serviços, sempre voltada para a qualidade e transparência.

VISÃO

Tornar-se referência no Nordeste em excelência na gestão previdenciária desde o atendimento, concessão e manutenção dos benefícios, assegurando um regime financeiramente equilibrado e humanizado.

VALORES

Valorização dos segurados
Ética
Transparência
Eficiência

Dentre os principais, está o Programa de Certificação e Modernização do Regimes Próprios de Previdência Social, o Pró-gestão RPPS. Desde 2019 o IPMJP elevou seu nível de gestão e governança ao aderir ao programa e se certificar. Atualmente, encontra-se no nível de III.

2. INTRODUÇÃO

A Assessoria de Controle Interno (ASS-CIN) do Instituto de Previdência do Município de João Pessoa (IPMJP) vem, por meio deste relatório, apresentar as análises realizadas no período de janeiro a março de 2026 em quatro grandes áreas de atividades existentes no IPMJP, concessão de benefícios, gestão orçamentária e financeira, arrecadação, análise das aplicações financeiras e atuária.

Para além disso, foi instituída, no âmbito desta autarquia, mais precisamente na ASS-CIN, a Comissão de Conformidade e Transparência para realizar o acompanhamento dos processos licitatórios, das dispensas e inexigibilidades, dos contratos e seus aditivos, reajustes, revisões e repactuações a serem firmados pela administração municipal.

3. CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

A Assessoria de Controle Interno (ASS-CIN) do Instituto de Previdência do Município de João Pessoa (IPMJP) vem, por meio deste relatório, apresentar os resultados da auditoria realizada entre os meses de abril e junho de 2026.

Tal procedimento teve como objetivo a verificação da conformidade de concessão de aposentadorias e pensões no IPMJP, homologados em:

- 01 de maio de 2026;
- 01 de junho de 2026;
- 01 de julho de 2026.

Assim sendo, foi examinada a legislação vigente, no que tange ao preenchimento dos requisitos exigidos para a concessão dos benefícios, bem como a observância dos prazos legais estabelecidos. Em ato contínuo averiguou-se a correta implantação dos benefícios pelo setor de folha de pagamento

Deste modo, a presente assessoria é responsável por manter a eficácia operacional, com o intuito de minimizar possíveis erros formais e materiais, buscando garantir a correção nas concessões de benefícios nos processos auditados.

Na auditoria, foi observada a conformidade dos processos com a legislação em vigor, em destaque a Constituição Federal de 1988, a Lei ordinária nº 10.684/2005 e suas posteriores alterações, a Lei Ordinária nº 13.085/2015, além dos demais diplomas legais.

Destarte, a auditoria foi realizada através da análise documental feita pelo analista jurídico do setor, em momento seguinte ao exame dos processos pela Divisão de Previdência.

Teve como objetivo garantir maior robustez a estes processos, antes da homologação do ato pela superintendente e posterior publicação da portaria no Semanário Oficial da Prefeitura Municipal de João Pessoa.

Foram auditados, ao total, 58 (cinquenta e oito) processos, distribuídos quanto à natureza do benefício, da seguinte maneira:

- Aposentadoria por tempo de Contribuição;
- Aposentadoria por Idade;
- Aposentadoria Voluntária;
- Aposentadoria por Incapacidade Permanente;
- Pensão Vitalícia;
- Pensão Temporária.

Cada processo é analisado seguindo a conformidade dos seguintes parâmetros:

- Data de ingresso no serviço público;
- Idade do segurado;
- Tempo de contribuição;
- Tempo de serviço Público;
- Tempo de carreira
- Tempo de efetivo exercício no cargo;
- Composição do cálculo proventual;
- Composição dos proventos;
- Documentação exigível;
- Parecer da junta médica (invalidez);
- Tipo de pensão (e se há divisão do benefício);
- Conformidade com a portaria;

Resultados

Apresentaremos neste capítulo, os dados referentes aos processos de concessão dos benefícios auditados, bem como comentários pertinentes.

Tabela 1 - Quantitativo de processos examinados pela ASS-CIN, no período de abril a junho de 2026, segregado por tipo de aposentadoria.

Mês	Aposentadoria por tempo de contribuição	Aposentadoria por incapacidade permanente	Aposentadoria por idade	Aposentadoria compulsória	Aposentadoria voluntária
ABR	12	0	0	0	0
MAI	8	0	0	1	0
JUN	13	1	0	1	0

Tabela 2 - quantitativo de processos examinados pela ASS-CIN, no período de janeiro a março de 2026, segregado por tipo de pensão.

Mês	Pensão vitalícia	Pensão temporária
ABR	7	5
MAI	9	9
JUN	5	0

Os benefícios mais concedidos no período foram a Aposentadoria por Tempo de Contribuição e a Pensão Vitalícia, representando respectivamente, 46,55% e 32,76% de todo o montante analisado.

As informações supracitadas foram auditadas e validadas por essa Assessoria de Controle Interno conforme portarias publicadas no Diário Oficial da Prefeitura Municipal de João Pessoa.

Além de todos os processos de concessões de benefícios supracitados, essa Assessoria de Controle Interno auditou ainda 49 (quarenta e nove) processos

administrativos diversos como revisão de benefícios, isenção de imposto de renda, aplicação de redutor, entre outros.

4. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E CONTÁBIL

A gestão orçamentária, financeira e contábil do IPMJP é realizada de forma autônoma e tem por finalidade assegurar a correta aplicação dos recursos deste Instituto, respeitando as determinações das leis orçamentárias, os princípios da administração pública e os limites administrativos impostos aos regimes próprios de previdência; bem como subsidiar a tomada de decisão, a prestação de contas e o controle social.

Neste capítulo, serão apresentadas as receitas e despesas realizadas no 2º trimestre de 2026, segregando-as entre os dois fundos previdenciários existentes, Fundo Financeiro (FunFin) e Fundo Capitalizado (FunPrev).

4.1. Fontes da Receita

A Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026 do Instituto de Previdência do Município de João Pessoa (IPMJP) previu receitas próprias no montante de R\$ 242.500.000,00 e fixou as despesas em R\$ 605.500.000,00.

A receita auferida no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2026 chegou ao montante de R\$ 173.871.149,49 , representando 71,7% da receita total estimada no início do ano. Desse valor R\$ 80.530.875,35 são recursos do FunFin e R\$ 93.340.274,14 são recursos do FunPrev.

Os recursos arrecadados nos fundos previdenciários do IPMJP advêm, principalmente, das contribuições previdenciárias dos servidores municipais ativos e inativos de cargo efetivo e pensionistas vinculados, bem como da contribuição patronal devida pelos órgãos que possuem servidores municipais estatutários no seu quadro funcional.

Tabela 3 - Resumo das Receitas do FunFin

Fontes da receita	1º Trimestre/2026	2º trimestre
Contribuição Previdenciária	R\$ 22.130.034,75	R\$ 40.057.324,41
Compensações financeiras	R\$ 19.246.834,56	R\$ 24.067.376,06

Fontes da receita	1º Trimestre/2026	2º trimestre
Rendimentos Líquidos	R\$ 153.700,22	R\$ 356.353,47
Outras receitas	R\$ 859.999,76	R\$ 1.797.513,46
Total	R\$ 42.390.569,29	R\$ 66.278.567,40

Fonte: SIGEF (2026)

Além desses recursos, o IPMJP também recebe compensação financeira dos regimes de previdência social (regime geral e regimes próprios), remuneração dos recursos aplicados em títulos financeiros, restituições realizadas pelos servidores e taxa paga pelos bancos que disponibilizam empréstimos consignados aos beneficiários do instituto, sendo essas duas últimas fontes contabilizadas em “Outras Receitas”.

Tabela 4 - Resumo das Receitas do FunPrev

Fontes da receita	1º Trimestre/2026	2º trimestre
Contribuição Previdenciária	R\$ 18.572.057,58	R\$ 25.652.304,97
Compensações financeiras	R\$ 24.557,98	R\$ 26.807,87
Rendimentos Líquidos	R\$ 29.596.615,06	R\$ 19.355.310,72
Outras receitas	R\$ 47.969,46	R\$ 64.650,50
Total	R\$ 48.241.200,08	R\$ 45.099.074,06

Fonte: SIGEF (2026)

4.2. Transferências Financeiras

A Prefeitura Municipal de João Pessoa realiza todos os meses aportes financeiros para subsidiar a despesa do Fundo Financeiro, uma vez que este fundo previdenciário não arrecada receita suficiente. Os valores transferidos ao longo deste 2º trimestre foram destinados da seguinte maneira: (1) benefício assistencial permanente; (2) folha de pagamento dos benefícios previdenciários do tesouro municipal; (3) salário-família; (4) complemento de folha dos benefícios previdenciários do Fundo Financeiro.

Tabela 5 – Aportes Financeiros

TIPO	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE
1. Benefício Assistencial Permanente	R\$ 4.821,69	R\$ 3.154,75
2. Beneficiários do Tesouro Municipal	R\$ 1.709.312,22	R\$ 1.946.626,82
3. Salário-Família	R\$ 2.026,20	R\$ 2.026,20
4. Complemento de Folha	R\$87.886.167,66	R\$ 108.353.798,66
TOTAL	R\$ 89.602.327,77	R\$ 110.305.606,43

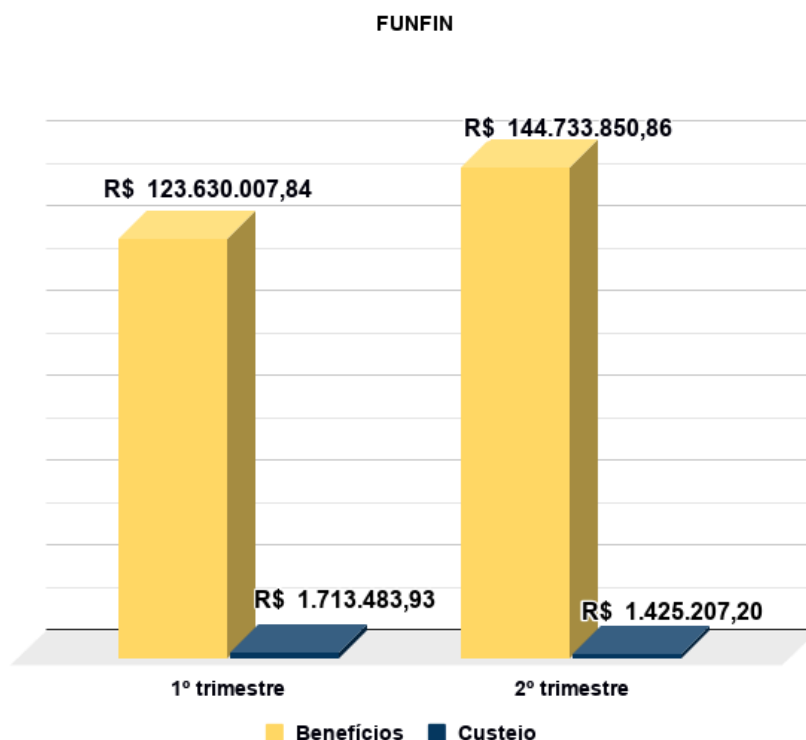
Fonte: SIGEF (2026)

4.3. Despesas realizadas

Como foi mencionado no início deste capítulo, o Instituto de Previdência foi autorizado inicialmente a realizar despesas no montante de R\$ 605.500.000,00, conforme LOA de 2026. Do valor total autorizado, foram empenhados até o dia 30 de junho o total de R\$ 276.516.641,34, sendo R\$ 271.502.549,83 custeados com recursos ordinários e do FunFin e R\$ 5.014.091,51 custeados com recursos do FunPrev.

No gráfico 1 e 2 estão demonstrados os totais das despesas realizadas com benefícios e com o custeio deste Instituto de Previdência.

Gráfico 1 - Despesas Empenhadas no Fundo Financeiro

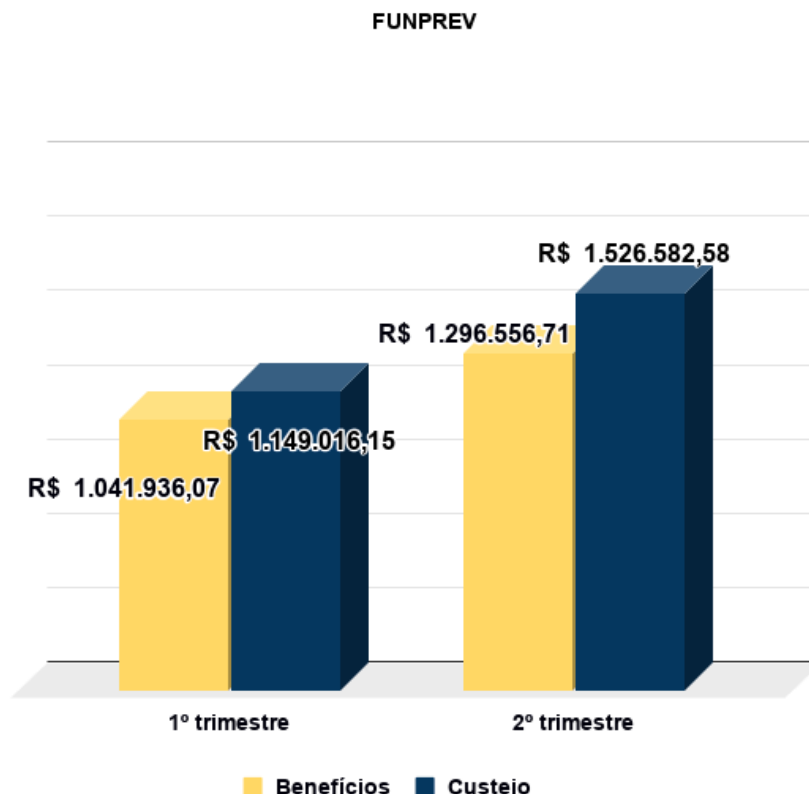


Fonte: SIGEF (2026)

No 2º trimestre de 2026, a despesa do Plano Financeiro com benefícios previdenciários totalizou R\$ 144.733.850,86, representando 99% das despesas do respectivo plano. Desse total, R\$ 124.678.674,30 foram destinados ao pagamento de aposentadorias e R\$ 20.055.176,56 destinado às pensões.

Enquanto que a despesa de custeio do Funfin somou R\$ 1.425.207,20, representando 1% do total de gastos do plano, sendo destinados ao pagamento dos seguintes elementos de despesa: folha de pagamento dos servidores comissionados e respectiva obrigação patronal, bolsa de estágio, auxílio-transporte, diárias, obrigações tributárias, faturas de água, energia e telefonia, serviços de consultoria, jetons e aquisição de equipamentos e material de expediente .

Gráfico 2 - Despesas Empenhadas no Fundo Capitalizado



Fonte: SIGEF (2026)

Nesse mesmo período, a despesa com benefícios do FunPrev chegou a R\$ 1.296.556,71, representando 46% das despesas do respectivo plano. Desse total, R\$ 1.030.069,77 foram direcionados ao pagamento de aposentadorias e R\$ 266.486,94 ao pagamento de pensões.

Quanto aos gastos com o custeio, foi realizado um total de R\$ 1.526.582,58, representando 54% do total de gastos do plano, destinados para o pagamento das seguintes despesas: folha de pagamento dos servidores estatutários e respectiva obrigação patronal; auxílio-transporte; verbas rescisórias; obrigações tributárias; e locação de mão-de-obra dos serviços de limpeza e vigilância.

4.4. Despesas Administrativas

A legislação do município de João Pessoa, em conformidade com a portaria nº 1.467/2022 do Ministério do Trabalho e Previdência, definiu a taxa de administração para o IPMJP como 1,7% sobre o somatório das remunerações brutas dos servidores, aposentados e pensionistas, relativas ao exercício anterior.

Para o cálculo das despesas administrativas são considerados os gastos realizados com o custeio do IPMJP menos o valor das restituições, do salário família e da compensação financeira paga aos regimes de previdência.

Tabela 6 – Limite taxa de administração

	Taxa Administrativa	Despesa Acumulada até 30/06/2026	Percentual
FunFin	R\$ 13.709.296,64	R\$ 3.129.485,54	22%
FunPrev	R\$ 7.044.565,54	R\$ 2.673.336,20	38%

Fonte: SIGEF (2026)

Para custear as despesas administrativas no exercício de 2026, ficou estipulado uma taxa anual no valor de R\$ 13.709.296,64 para o Fundo Financeiro e de R\$ 7.044.565,54 para o Fundo Capitalizado.

No 2º trimestre do referido exercício, o IPMJP executou R\$ 2.947.592,12 em despesas administrativas, do qual utilizou R\$ 1.421.224,34 da taxa do FunFin e R\$ 1.526.367,78 da taxa do FunPrev.

4.5. Execução Orçamentária

A execução orçamentária consiste na programação e realização de despesas, considerando a disponibilidade financeira da entidade e o cumprimento das exigências legais. Sendo assim, é de fundamental importância que seja realizado o seu acompanhamento, a fim de verificar se o equilíbrio das contas está sendo atingido.

A Tabela 7 apresenta o resultado da execução orçamentária, trazendo o acumulado no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2026, de forma consolidada, considerando os valores do Plano Financeiro e do Plano Capitalizado.

Tabela 7 – Resultado da Execução Orçamentária Consolidado

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	2º TRIMESTRE
Receita Arrecadada	R\$ 173.871.149,49
(+) Aportes recebidos do ente federativo	R\$ 199.907.934,20
(+) Superávit Financeiro Apurado 2025	R\$ 981.554,26
(-) Despesa Empenhada	(R\$ 276.516.641,34)
(=) Resultado da Execução Orçamentária	R\$ 98.243.996,61

Fonte: SIGEF (2026)

A receita arrecadada entre 1º de janeiro a 30 de junho de 2026 foi R\$ 173.871.149,49, enquanto as despesas somaram R\$ 276.516.641,34, considerando os dois planos previdenciários existentes. Além das receitas próprias, o IPMJP recebeu um montante de R\$ 199.907.934,20 a título de aporte, realizado pela Prefeitura Municipal de João Pessoa para auxiliar no pagamento da folha de benefícios do Fundo Financeiro, uma vez que o mesmo apresenta insuficiência financeira.

No mês de junho, foi realizado o reconhecimento do superávit financeiro no valor de R\$ 981.554,26, apurado no Balanço Patrimonial 2025, reforçando a dotação orçamentária destinada ao pagamento dos benefícios previdenciários. Desta forma, o

resultado da execução orçamentária acumulada ao final do 2º trimestre foi de R\$ 98.243.996,61, do qual R\$ 9.917.813,98 pertence ao Plano Financeiro e R\$ 88.326.182,63 pertence ao Plano Capitalizado.

5. GESTÃO ATUARIAL

Todo instituto de previdência, não importando seu tamanho ou ente vinculado, deve adotar boas práticas de gestão e controle, e, para isto, se faz necessário dados para o acompanhamento do desempenho e indicadores da gestão.

Nesse passo, o Ministério da Previdência Social (atualmente Secretaria de Previdência - SPREV do Ministério da Fazenda - MF, por força da Lei no 13.341/2016) editou a Portaria MPS no 185/2015, que instituiu o Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - Pró-Gestão RPPS.

Nessa trilha, o Manual do Pró-Gestão assevera a importância de relatório que mostre a evolução da situação atuarial do RPPS, com informações relativas ao Custo Previdenciário Total, evolução quantitativa e qualitativa dos custos por tipo de benefício, evolução do resultado relativo ao equilíbrio financeiro e atuarial e do plano de custeio.

Diante disso, o presente relatório fornecerá as informações supracitadas usando como base as Avaliações Atuariais 2023 (data referência 31/12/2022), 2024 (data referência 31/12/2023), 2025 (data referência 31/12/2024) e 2026 (data referência 31/12/2025). Destaca-se que o objetivo deste relatório é a análise e comparação das informações fornecidas, logo, no presente estudo não foi realizada nenhuma auditoria das bases de dados, cálculos atuariais ou informações financeiras fornecidas.

Vias de conclusão, vale ressaltar que a Lei Municipal nº 12.460/2013, alterou o plano de custeio do Instituto de Previdência para a segregação de massa. Desse modo, os segurados do RPPS foram divididos em dois fundos: Fundo Financeiro (FUNFIN) e Fundo Capitalizado (FUNPREV).

Por fim, com o intuito de fornecer uma visão sistêmica, todo o relatório da evolução da situação atuarial será dividido entre dados do FUNFIN e FUNPREV.

5.1. Dados dos segurados

Conforme a tabela apresentada a seguir, com relação aos dados dos segurados do FUNFIN, percebe-se a diminuição de 5,06% no número de ativos e o aumento de 0,58% no número de inativos. Desse modo, sendo algo esperado por se tratar de um fundo fechado, já que não é permitido a entrada de novos servidores ativos, ocorrendo apenas a transição entre status (ativo para inativo) ou a saída do segurado.

Tabela 9 - Dados dos Segurados (FUNFIN)

Descrição	Avaliação 2023	Avaliação 2024	Avaliação 2025	Avaliação 2026
Nº de Ativos	4698	4455	4149	3939
Nº de Aposentados	6012	6107	6238	6274
Nº de Pensionistas	1439	1470	1494	1494
Nº total de segurados	12149	12032	11881	11707
Proporção nº Ativos/nº inativos	0,63	0,59	0,54	0,51

Fonte: Avaliações atuariais 2023, 2024, 2025 e 2026.

Ademais, por ter uma proporção menor que um servidor ativo para cada inativo, o fundo financeiro se torna deficitário, uma vez que as contribuições dos ativos e do ente são insuficientes para equilibrar a massa de inativos. Desse modo, este fundo precisa de aportes para o equilíbrio financeiro

Tabela 10 – Dados dos segurados (FUNPREV)

Descrição	Avaliação 2023	Avaliação 2024	Avaliação 2025	Avaliação 2026
Nº de Ativos	4484	4580	4497	4467
Nº de Aposentados	39	45	50	61
Nº de Pensionistas	21	21	24	25
Nº total de segurados	4544	4646	4571	4553
Proporção nº Ativos / nº inativos	74,73	69,39	60,77	51,94

Fonte: Avaliações atuariais 2023, 2024, 2025 e 2026.

Em referência a tabela acima, observa-se que o FUNPREV teve uma diminuição de 0,67% nos servidores ativos e de 26,17% dos inativos (correspondente ao quantitativo de doze novos beneficiários).

5.1.2. Evolução da situação atuarial

5.1.2.1. Custo Previdenciário Total

No tocante ao custo mensal nas duas últimas avaliações, percebe-se que o FUNFIN teve um aumento de 18,20% (R\$ 4.976.033,69) e de 8,22% (R\$ 383.794,62), com gastos de aposentadoria e pensão, respectivamente.

Tabela 11: Custo mensal da folha (FUNFIN)

Descrição	Avaliação 2023	Avaliação 2024	Avaliação 2025	Avaliação 2026
Ativos	R\$ 18.222.933,77	R\$ 18.010.366,36	R\$18.018.196,87	R\$17.812.880,91
Aposentados	R\$ 23.277.773,87	R\$ 24.985.667,32	R\$ 27.346.779,38	R\$ 32.322.813,07
Pensionistas	R\$ 4.075.597,75	R\$ 4.247.252,56	R\$ 4.669.437,26	R\$ 5.053.231,88

Fonte: Avaliações atuariais 2023, 2024, 2025 e 2026.

Já no que versa o custo do FUNPREV, o crescimento foi de 37,50% (R\$ 1.846.545,42) e 6,16% (R\$ 2.832,78), com gastos de aposentadoria e pensão, respectivamente.

Tabela 12: Custo mensal da folha (FUNPREV)

Descrição	Avaliação 2023	Avaliação 2024	Avaliação 2025	Avaliação 2026
Ativos	R\$ 20.457.886,5	R\$ 20.456.613,12	R\$ 21.512.681,18	R\$ 23.359.226,60
Aposentados	R\$ 132.525,01	R\$ 166.267,45	R\$ 191,289,33	R\$ 263.018,79
Pensionistas	R\$ 43.680,36	R\$ 45.169,46	R\$ 46.002,18	R\$ 48.834,96

Fonte: Avaliações atuariais 2023, 2024, 2025 e 2026.

Na tabela a seguir, nota-se uma redução de 7,92 pontos percentuais nos custos totais por benefício, passando de 38,13% na avaliação de 2025 para 30,21%

na de 2026. Observa-se que a alíquota ultrapassa a alíquota máxima justamente por se tratar de um plano com natureza deficitária. Desse modo, o restante dos custos será pago em forma de aportes anuais da prefeitura.

Tabela 13: Custo por benefício (FUNFIN)

Descrição	Avaliação 2023	Avaliação 2024	Avaliação 2025	Avaliação 2026
Aposentadoria (Idade, Tempo de. Contribuição e Compulsória)	34,07%	32,49%	31,84%	23,46%
Aposentadoria Invalidez	0,45%	0,44%	0,37%	0,49%
Pensão por morte de ativo	0,56%	0,58%	0,45%	0,34%
Pensão por morte de aposentado	-	-	-	-
Pensão por morte Ap. Invalidez	-	-	-	-
Taxa administrativa ¹	2,40%	5,06%	5,47%	5,91%
Custo Normal	37,48%	38,57%	38,13%	30,21%

Fonte: Avaliações atuariais 2023, 2024, 2025 e 2026.

¹ *Corresponde ao valor do limite dividido pela remuneração anual de contribuição dos servidores ativos.*

Sob outro enfoque, no Fundo Previdenciário, também em decorrência da reforma da previdência municipal, observa-se uma redução de 3,02% no custo normal das últimas avaliações.

Tabela 14 – Custo por benefício (FUNPREV)

Descrição	Avaliação 2023	Avaliação 2024	Avaliação 2025	Avaliação 2026
Aposentadoria (Idade, Tempo de. Contribuição e Compulsória)	19,30%	19,69%	18,18%	15,18%
Aposentadoria Invalidez	0,90%	0,92%	0,83%	0,87%
Pensão por morte de ativo	1,42%	1,40%	1,20%	1,20%
Pensão por morte de aposentado	-	-	-	-
Pensão por morte Ap. Invalidez	-	-	-	-
Taxa administrativa ²	2,40%	2,17%	2,38%	2,32%
Custo Normal	24,02%	24,18%	22,59%	19,57%

Fonte: Avaliações atuariais 2023, 2024, 2025 e 2026.

² *Corresponde ao valor do limite dividido pela remuneração anual de contribuição dos servidores ativos.*

5.1.2.2. Evolução do resultado relativo ao equilíbrio financeiro e atuarial

No que versa o equilíbrio financeiro e atuarial das duas últimas avaliações, nota-se que o déficit do FUNFIN teve uma redução de R\$ 184.285.807,84, enquanto o FUNPREV uma aumento no superávit na ordem de R\$ 61.275.889,93.

Tabela 15: Resultado Atuarial (Déficit / Superávit)

Avaliação	FUNFIN	FUNPREV
2023	-R\$ 5.717.989.901,64	R\$ 131.497.583,05
2024	-R\$ 5.810.375.296,41	R\$ 189.561.198,54
2025	-R\$ 6.277.797.136,93	R\$ 263.335.609,20
2026	-R\$ 6.093.511.329,09	R\$ 324.611.499,13

Fonte: Avaliações atuariais de 2023, 2024, 2025 e 2026.

Destarte, pode-se explicar parte dessa o aumento do superávit atuarial demonstrado no Resultado Atuarial da última avaliação é devido, na maior parte, pelo aumento do ativo líquido do plano em patamares superiores a variação das provisões matemáticas.

5.1.2.3. Evolução do plano de custeio

Com relação ao plano de custeio do FUNFIN, não houve alteração no último ano. Entretanto, este plano tem natureza deficitária e precisa receber um aporte do Ente, além das contribuições da tabela abaixo.

Alíquota	Avaliação 2023	Avaliação 2024	Avaliação 2025	Avaliação 2026
Patronal	25,6%	25,6%	25,6%	25,6%
Servidor	14%	14%	14%	14%
Taxa administrativa	2,4%	2,4%	2,4%	2,4%
Total Custo Normal	42%	42%	42%	42%

Tabela 16 – Plano de custeio (FUNFIN)Fonte: Avaliações atuariais de 2023, 2024, 2025 e 2026.

Alíquota	Avaliaçã o 2023	Avaliação 2024	Avaliação 2025	Avaliação 2026
Patronal	14,1%	14,1%	14,1%	14,1%
Servidor	14%	14%	14%	14%
Taxa administrativa	2,4%	2,4%	2,4%	2,4%
Total Custo Normal	30,5%	30,5%	30,5%	30,5%

Tabela 17 - Plano de custeio (FUNPREV)Fonte: Avaliações atuariais de 2023, 2024, 2025 e 2026.

Finalmente, no tocante ao FUNPREV, como está superavitário, não foi preciso alterar as alíquotas na Avaliação de 2026.

6. COMISSÃO DE CONFORMIDADE E TRANSPARÊNCIA (CCT)

A Comissão de Conformidade e Transparência (CCT) do Instituto de Previdência do Município de João Pessoa (IPM/JP), cujas atribuições foram conferidas à Assessoria de Controle Interno, vem, com fulcro no Decreto 9.681 de 16 de Fevereiro de 2021 apresentar ações realizadas no 2º trimestre de 2026.

No segundo trimestre foram analisados um total de 05 (cinco) processos administrativos, sendo 01 (um) de PREGÃO ELETRÔNICO, 02 (dois) do tipo INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, 02 (dois) do tipo DISPENSA DE LICITAÇÃO.

Salientamos que, para cada tipo de processo, é confeccionada e auditada uma lista de verificação específica, seguindo as orientações da Controladoria-Geral do Município de João Pessoa.

As informações supracitadas foram auditadas e validadas por essa Assessoria de Controle Interno em conformidade com a documentação recebida por meio do sistema 1doc cujos processos estão informado nas tabelas abaixo:

LICITAÇÕES, CONTRATOS E ADITIVOS:

6- LICITAÇÕES E CONTRATOS

6.1– PREGÕES FINALIZADOS:

Nº DO PREGÃO	001/2026
PROCESSO DE LICITAÇÃO	29.246/2025
OBJETO	Serviço de Instalação e Desinstalação de Ar Condicionado
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
FORNECEDORES	Jefferson Ferreira da Silva Diego Rocha Medeiros Cavalcanti Ltda Lions Comércio e Serviços Ltda
CNPJ	33.201.968/0001-35 46.623.750/0001-10 50.340.684/0001-49
VALOR	R\$ 4.610,00 R\$ 3.600,00 R\$ 4.245,00
VALOR TOTAL	○ R\$ 12.455,00

6.2 – INEXIGIBILIDADES FINALIZADOS:

Nº DA INEXIGIBILIDADE	001/2026
PROCESSO DE LICITAÇÃO	11.597/2026
OBJETO	Inscrição de servidores para participar do 13º Congresso Brasileiro de Conselheiros de RPPS
MODALIDADE	Inexigibilidade de Licitação
FORNECEDOR	Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais - ABIPEM/PB
CNPJ	29.184.280/0001-17
VALOR	R\$ 6.600,00

N° DA INEXIGIBILIDADE	002/2026
PROCESSO DE LICITAÇÃO	30.467/2025
OBJETO	Serviços Postais
MODALIDADE	Inexigibilidade de Licitação
FORNECEDOR	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
CNPJ	34.028.316/0019-32
VALOR	R\$ 60.000,00

6.3 – DISPENSAS FINALIZADAS:

N° DA DISPENSA	002/2026
PROCESSO DE LICITAÇÃO	33.298/2025
OBJETO	Fornecimento de itens necessários à execução de projeto de prevenção e combate a incêndio
MODALIDADE	Dispensa de Licitação
FORNECEDOR	EXJET COMÉRCIO E SERVIÇOS CONTRA INCÊNDIO LTDA
CNPJ	02.604.394/0001-12
VALOR	R\$ 4.512,00

N° DA DISPENSA	006/2026
PROCESSO DE LICITAÇÃO	8.533/2026
OBJETO	Fornecimento de certificados digitais
MODALIDADE	Dispensa de Licitação
FORNECEDOR	CERTSEMPRE SERVIÇO DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA STILLE TECNOLOGIA & INOVAÇÃO LTDA CERTMAIS SOLUÇÕES EMPRESARIAIS E CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA
CNPJ	23.879.046/0001-28 00.603.139/0001-20 31.014.048/0001-82
VALOR	R\$ 169,00 R\$ 1.155,00 R\$ 1.080,00
VALOR TOTAL	R\$ 2.404,00

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encerramos este relatório, salientando que, mais uma vez, o Instituto de Previdência obteve o Certificado de Regularidade Previdenciária ([Emissão de Certificado](#)) ,de forma administrativa, feito este que reforça o comprometimento de toda a gestão com as boas práticas de governança e transparência.



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA DE REGIME PRÓPRIO E COMPLEMENTAR
Departamento dos Regimes Próprios de Previdência Social

Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP

Ente Federativo: João Pessoa UF: PB
CNPJ Principal: 08.778.326/0001-56

É CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 9º DA LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998, COM FUNDAMENTO NO ART. 167, XIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NO DECRETO Nº 3.788, DE 11 DE ABRIL DE 2001, E DA PORTARIA N.º 1.467, DE 2 DE JUNHO DE 2022, QUE O MUNICÍPIO ESTÁ EM SITUAÇÃO REGULAR EM RELAÇÃO A LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998.

FINALIDADE DO CERTIFICADO

Os órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união deverão observar, previamente, a regularidade dos estados, do Distrito Federal e dos municípios quanto ao seu regime Próprio de Previdência Social, nos seguintes casos, conforme o disposto no art 7º da lei nº 9.717, de 1998:

- i. Realização de transferências voluntárias de recursos pela união;
- ii. Celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união;
- iii. Liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais;

Certificado emitido em nome do Ente Federativo e válido para todos os órgãos e entidades do município

A aceitação do presente certificado está condicionada à verificação, por meio da internet, de sua autenticidade e validade no endereço: <http://www.previdencia.gov.br>, pois está sujeito a cancelamento por decisão judicial ou administrativa.

Este certificado deve ser juntado ao processo referente ao ato ou contrato para o qual foi EXIGIDO.



EMITIDO EM 22/01/2026
VÁLIDO ATÉ 21/07/2026

N.º 982051 -
250918